



---

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0004399-53.2010.2.00.0000**

**Requerente:** Ministério Público do Estado do Paraná - 7ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cascavel-pr

**Interessado:** Gustavo Henrique Rocha de Macedo

**Requerido:** Conselho Nacional de Justiça

---

**PEDIDO DE PROVIDÊNCIA - CONSELHO DA COMUNIDADE DE CASCAVEL (PR) - RECEITA COMPOSTA, EM PARTE, POR DESTINAÇÃO DE VERBA PÚBLICA DECORRENTE DE APLICAÇÃO DE PENAS DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA - FUTURA CONTRATAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE NOVA SEDE - NECESSIDADE DE LICITAÇÃO.**

1. O art. 1º da Lei 8.666/93, que estabelece regras gerais para contratos celebrados pela Administração Pública, encampa no regime licitatório, além dos órgãos da Administração direta e outras entidades ligadas a esta, entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

2. O Conselho da Comunidade é órgão de execução penal, como dimana do art. 61, VII, da Lei 7.210/84, tendo, no caso específico de Cascavel, destinação de verba pública decorrente de penas de prestação pecuniária aplicadas pelas Varas Criminais e Juizados Especiais Criminais, com vinculação exclusiva aos fins especificados no Provimento 68/05 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná e sujeição à aprovação pelo magistrado a que atrelado o Conselho do plano de aplicação dos recursos financeiros daí advindos.

3. Por esse prisma, resta reconhecer que a destinação de verba pública, mormente por toda a vinculação prevista no Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, não pode ser empregada pelo Conselho da Comunidade fora das hipóteses previstas na norma de regência, muito menos (dentro das hipóteses que autorizem alguma contratação de serviços técnicos especializados ou aquisição de bens) sem licitação, senão com vulneração do princípio da isonomia, que, adequado em seu âmago à hipótese, veda o direcionamento de verba pública, para fins de beneficiamento de particulares.

**Pedido de providências julgado procedente, para fixar que, para a construção de nova sede pelo Conselho da Comunidade de Cascavel (PR), com recursos advindos da verba destinada pelo Poder Judiciário decorrente de penas de prestação pecuniária, e, ainda, se se puder enquadrar tal situação nas hipóteses delineadas pelo art. 2º do Provimento 68/05 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, deve-se proceder à licitação, com lastro no art. 1º da Lei 8.666/93.**

## **I) RELATÓRIO**

Mediante o ajuizamento da presente **Consulta**, o Ministério Público Estadual Requerente busca pronunciamento do CNJ acerca da obrigatoriedade de **abertura de licitação** para que o **Conselho da Comunidade da Comarca de Cascavel (PR)**, órgão de execução penal, **construa sua nova sede**, porquanto, embora detendo natureza jurídica de sociedade civil (natureza privada), é **destinatário de verbas públicas** provenientes de penas de prestações pecuniárias aplicadas pelo Poder Judiciário, devendo sujeitar-se ao processo licitatório, nos termos do **art. 1º da Lei 8.666/93**, pois enquadrado na hipótese alusiva às **"demais entidades controladas direta ou indiretamente" pelo Poder Público**. Aponta, ainda, para a necessidade da Consulta ao CNJ, na medida em que, mesmo havendo normas que disciplinam o funcionamento e organização do Conselho da Comunidade (Provimento 68/05 da Corregedoria-Geral de

Justiça do Estado do Paraná e Resolução 10/04 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária), **há omissão** no tocante à **necessidade de licitação** para aquisição de bens e serviços pela entidade (REQ1).

O **Conselho da Comunidade** em liça encaminhou **ofício** ao Ministério Público Estadual sustentando a **desnecessidade de licitação** para contratação da obra de construção da nova sede, na medida em que ostenta a condição de **associação civil, sem fins lucrativos**, tendo o Ministério Público feito juntada, ainda, das normas mencionadas no requerimento inicial (DOC2).

É o relatório.

## II) CONHECIMENTO

Consoante entendimento do Plenário deste Conselho, por trazer **dúvida quanto a caso concreto**, o presente feito deve ser recebido como Pedido de Providências, pelo que deve a Secretaria proceder ao registro da reatuação no sistema. De outra parte, havendo **repercussão para o Poder Judiciário**, ante a exigência legal de implantação de Conselhos da Comunidade em todas as comarcas do País (Lei 7.210/84), a fim de auxiliar a execução penal, e a **inexistência de regramento específico quanto ao regime de aquisição de bens e contratação de serviços** a ser observado pelas mencionadas sociedades civis, deve ser conhecido. Assim, **CONHEÇO** do pedido.

## III) FUNDAMENTAÇÃO

A **Resolução 10/04 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária**, órgão responsável por fixar as diretrizes da política criminal e penitenciária, estatui caber ao **juízo da execução das Comarcas** dos estados **instalar os Conselhos da Comunidade** e proceder à nomeação de seus membros (art. 2º). Tal estipulação deixa patente a opção do legislador pelo **controle da associação pelo Estado**, a despeito de sua constituição plural por membros da sociedade comercial/industrial local, do serviço social, de entidades religiosas e educacionais, de clubes de serviços e de sindicatos.

No caso específico do Conselho da Comunidade de Cascavel (PR), há, ainda, o **Provimento 68/05 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná**, que estipula a **destinação de penas de prestação pecuniária aplicadas pelas Varas Criminais e Juizados Especiais Criminais**, com **vinculação exclusiva aos fins especificados na norma e sujeição à aprovação pelo magistrado** a que atrelado o Conselho do **plano de aplicação dos recursos financeiros**. Eis os comandos pertinentes:

*"Art.1º - Os valores destinados ao Conselho da Comunidade oriundos de medidas e penas de prestação pecuniária aplicadas pelas Varas Criminais e pelos Juizados Especiais Criminais deverão ser recolhidos pelos obrigados em conta bancária do Conselho, vedado o recolhimento no cartório ou na secretaria.*

*§ 1º - OMISSIS*

*§2º - Nessa conta corrente - exclusiva para os fins a que se destina - não poderão ser depositadas outras receitas do Conselho da Comunidade.*

*Art. 2º - A destinação dos valores a que se refere o artigo 1º deverá ser precedida de convênio a ser celebrado entre o Conselho da Comunidade e o Tribunal de Justiça, devendo nele estar previsto que os valores destinados e depositados na conta exclusiva **somente poderão ser utilizados** para:*

*I - o custeio de obras e projetos de cunho social desenvolvidos ou mantidos pelo Conselho da Comunidade, ou por entidades com destinação social credenciadas pelo Conselho da Comunidade, preferencialmente, aqueles destinados à execução penal; à assistência e ressocialização de presos, de condenados e de egressos do sistema penitenciário; à assistência às vítimas de crimes e para a prevenção da criminalidade;*

*II - o pagamento de despesas relativas a programas e ações do Conselho da Comunidade voltados para a assistência material (alimentação e vestuário), à saúde e educação dos presos recolhidos nos estabelecimentos penais localizados na comarca;*

*III - o pagamento de bolsa auxílio ao preso pelo trabalho por este prestado, nos termos da*

*Seção I do Capítulo III da Lei de Execução Penal, em projetos ou programas profissionalizantes desenvolvidos pelo Conselho da Comunidade e autorizados pelo Juiz da Execução Penal.*

*IV - o custeio das despesas administrativas do Conselho, inclusive as que envolvam o dispêndio com a remuneração e recolhimento de encargos sociais de seu quadro de auxiliares administrativos; com o pagamento de bolsa-auxílio de estágio e contratação de prestação de serviço técnico especializado para desenvolvimento de seus projetos e programas sociais; com despesas bancárias e recolhimento de tributos devidos pelo Conselho; com despesas relativas à aquisição de material de expediente e bens permanentes, entre outras necessárias para a manutenção de seus objetivos;*

*(...)*

*Art. 5º - Deverá o Conselho, antes de proceder a qualquer saque ou movimentação bancária, deliberar em Assembléia Geral o **destino das verbas, apresentando, por escrito, ao responsável pela supervisão do Conselho da Comunidade o plano de aplicação dos recursos financeiros.***

*Parágrafo único – **Somente depois de aprovado o plano de aplicação pelo Juiz Supervisor é que se poderá movimentar a conta corrente**" (grifo nosso).*

De outra parte, o **art. 1º da Lei 8.666/93**, que estabelece regras gerais para contratos celebrados pela Administração Pública, encampa no regime licitatório os órgãos da Administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e **demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União**, Estados, Distrito Federal e Municípios.

O regime licitatório imputado à Administração Pública e às demais entidades nominadas pela Lei 8.666/93 tem por escopo, nos moldes do art. 3º desta, "*garantir a observância do princípio constitucional da isonomia*" e "*selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração*", estribado nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a fim de evitar, finalmente, o direcionamento de verba pública.

Nessa linha, o **Poder Público**, priorizador do cumprimento dos mandamentos constitucionais, em especial do princípio da isonomia, é **refratário**, por essência e por missão, ao beneficiamento de particulares nas contratações a serem entabuladas por seus representantes, daí a instituição do regime de licitação.

Por esse prisma, resta reconhecer que a destinação de verba pública, mormente por toda a vinculação prevista no Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, não pode ser empregada pelo Conselho da Comunidade fora das hipóteses previstas na norma de regência, muito menos (dentro das hipóteses que autorizem alguma contratação de serviços técnicos especializados ou aquisição de bens) sem licitação.

Note-se, todavia, que a receita do Conselho não é formada somente pelas verbas destinadas pelo Poder Judiciário, sendo passível de incremento, por exemplo, por doações, e, quanto à disposição destas, não se poderia imputar a exigência de licitação, sendo de se aferir apenas se são utilizadas para as finalidades para as quais o Conselho foi criado, bem assim para sua sobrevivência.

Diante do expendido, **JULGA-SE PROCEDENTE** o Pedido de Providências, para fixar que, para a construção de nova sede pelo Conselho da Comunidade de Cascavel (PR), com recursos advindos da verba destinada pelo Poder Judiciário decorrente de penas de prestação pecuniária, e, ainda, se se puder enquadrar tal situação nas hipóteses delineadas pelo art. 2º do Provimento 68/05 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná, deve-se proceder à licitação, com lastro no art. 1º da Lei 8.666/93. Observe a Secretaria a reatuação mencionada no item II deste voto.



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**

**30/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletrônico PJe 1.4.3**

**30/03/2014 00:00:00**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1059787**



10091014220500000000001059079